

## Capítulo I

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

## Capítulo II

INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO E FUNÇÃO DA PROVA: VERDADE E JUSTIÇA .....	27
--------------------------------------------------------------------------	----

## Capítulo III

A ORIGEM DO LIVRE-CONVENCIMENTO MOTIVADO .....	33
1. A superação dos sistemas da prova legal e da íntima convicção.....	33
2. O livre-convencimento motivado enquanto modelo de valoração da prova mais propício para a pacificação dos conflitos de forma justa .....	36
3. Prova, verdade, probabilidade e liberdade .....	40

## Capítulo IV

A LIBERDADE NA VALORAÇÃO DA PROVA NO LIVRE-CONVENCIMENTO MOTIVADO .....	47
4. Os significados negativo e positivo do livre-convencimento motivado.....	47
5. A subjetividade na valoração da prova: a liberdade na escolha dos elementos de prova e a ausência de hierarquia <i>a priori</i> .....	49
6. Provas atípicas .....	55
7. Os elementos extrajurídicos do raciocínio judicial.....	58
8. O senso comum .....	59
9. Presunções judiciais e máximas de experiência.....	62

*Capítulo V*

OS ABUSOS NA VALORAÇÃO DA PROVA .....	67
10. Valoração implícita da prova .....	67
11. Supervaloração (e supervalorização) da prova.....	70
12. Abuso da prova atípica.....	72

*Capítulo VI*

QUÃO LIVRE É O LIVRE-CONVENCIMENTO MOTIVADO? .....	77
13. Livre apreciação da prova e racionalidade do juízo fático.....	77
14. A fundamentação adequada da decisão (dever de completude) .....	79
15. A racionalidade na valoração da prova .....	84
16. A credibilidade da prova e da fonte da prova .....	86
17. A eficácia da prova .....	88
18. A valoração contextual das provas.....	89
19. A prova legal.....	94
20. A prova técnico-científica.....	97

*Capítulo VII*

O MODELO BRASILEIRO OBJETIVO DE CORROBORAÇÃO DAS HIPÓTESES FÁTICAS E UMA PROPOSTA DE COMPLEMENTAÇÃO AO DIREITO POSITIVADO....	107
21. Modelos de corroboração das hipóteses fáticas e a opção do direito processual civil brasileiro .....	107
22. Tornando ao tema: verdade enquanto probabilidade.....	112
23. Conceito e espécies de probabilidade .....	114
24. A aplicação das probabilidades estatística e subjetiva na valoração das provas .....	119
25. Uma opção pela probabilidade lógica.....	129
26. <i>Standards</i> ou modelos de constatação da prova .....	137
27. A prova acima da dúvida razoável.....	141
28. A probabilidade prevalente .....	146
29. A prova clara e convincente.....	154
30. A relação entre standards da prova e ônus da prova .....	158

---

*Capítulo VIII*

UMA APLICAÇÃO PRÁTICA DAS PROPOSIÇÕES ANTERIORES: O CONTROLE DA VALORAÇÃO DA PROVA PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	163
31. A posição do fato no raciocínio judicial.....	163
32. A difícil separação entre questão de fato e de direito e as chamadas questões mistas.....	166
33. O controle da valoração da prova no julgamento dos recursos extraordinário e especial pelos Tribunais Superiores.....	168
34. A função dos recursos extraordinário e especial e do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em seus julgamentos .....	169
35. A diferença entre (re)exame de prova e (re)valoração da prova .....	171
36. O controle por meio da probabilidade lógica e por meio dos modelos de constatação ou standards da prova.....	173
37. O controle pelo juízo de cassação. <i>Standards</i> de controle de motivação .....	176

---

*Capítulo IX*

CONCLUSÃO .....	183
-----------------	-----

---

*Capítulo X*

BIBLIOGRAFIA .....	191
--------------------	-----